



Ver o passado, narrar o futuro: temporalidades pós-coloniais em *Uma Curva no Rio*, de V.S. Naipaul

*See the past, tell the future postcolonial temporalities in the novel
A Bend in the River, by V.S. Naipaul*

Luciana Teixeira Martinez¹

DOI: [10.5752/P.1809-6182.2017v14.n2.p117](https://doi.org/10.5752/P.1809-6182.2017v14.n2.p117)

Recebido em: 16 de Outubro de 2017.
Aprovado em: 03 de Janeiro de 2018.

Resumo

O ensaio analisa temporalidades do pós-colonial como desafio à temporalidade moderna, movida pelas noções do progresso e linearidade a partir do romance “Uma curva no rio” (2004), de V.S. Naipaul. Apesar das temporalidades mistas e fragmentadas, argumenta-se que sociedades pós-coloniais ainda se informam por uma temporalidade moderna, elemento constitutivo do Estado.

Palavras-chave: *Temporalidades. Pós-colonialismo. Naipaul.*

Abstract

Through the novel “A Bend in the River” (2004), by V.S. Naipaul, the essay looks at postcolonial temporalities as a challenge to modern temporality, which is driven by notions of progress and linear division of time. In spite of its mixed and fragmented temporalities, postcolonial temporalities – the essay argues – is still informed by a modern temporality, a constitutive element of the state.

Keywords: *Temporalities. Postcolonialism. Naipaul.*

1. Mestranda do Instituto de Relações Internacionais da Puc-Rio. ORCID: orcid.org/0000-0002-6671-4351.

Introdução

O tempo é narrado e interpretado de diferentes formas em diferentes comunidades e tempos históricos. Com alguma frequência, Michael Shapiro (2000; 2013; 2016) relembra em seus textos a história do escritor mexicano Carlos Fuentes. Durante uma viagem pela região de Morelos, Fuentes se perdeu e pediu ajuda a um camponês para descobrir o nome do vilarejo em que se encontrava. O homem respondeu: “Em tempos de paz, chamamos de Santa Maria. Em tempos de guerra, chamamos Zapata”. O escritor, então, refletiu sobre a coexistência de diferentes tempos no mundo, simultâneos ao tempo linear do Ocidente (SHAPIRO, 2016). Este ensaio se propõe a analisar as temporalidades do pós-colonial como um desafio à temporalidade moderna, movida pela noção do progresso e pela divisão linear entre passado, presente e futuro, a partir do romance “Uma curva no rio” (2004), de V.S. Naipaul. O livro desestabiliza as narrativas do Estado que tentam reforçar uma coesão social ao mostrar como a tentativa de construir uma nação homogênea afeta a vida de diferentes personagens e o cotidiano da cidade na curva do rio, que foi devastada depois da independência e dos distúrbios subsequentes e que tenta, repetidas vezes, em diferentes momentos e conjunturas, se reconstruir.

“Uma curva no rio” tem como protagonista Salim, um comerciante de origem indiana que deixa a costa leste da África (onde nasceu e foi criado) em busca de uma nova vida no centro do continente. O romance poderia ser apenas sobre o jovem muçulmano que tenta fixar raízes em um país que ainda parece procurar sua identidade, enquanto ele próprio busca a sua; sente-se estrangeiro e africano. Mas o livro é também sobre uma sociedade que acaba de ser descolonizada e que está reconstruindo a percepção que tem de si mesma, buscando uma nova identidade a partir de novos (ou reimagina-

dos) referenciais. O livro mostra, portanto, Salim como retrato da ambiguidade do sujeito pós-colonial, enquanto narra como diferentes temporalidades influem na construção da identidade daquela sociedade e da própria subjetividade dos personagens do romance. A partir da obra de Naipaul e influenciado por leituras de Michael Shapiro (2010; 2013; 2014; 2016), Constantin Fasolt (2013), Achille Mbembe (2001) e Homi Bhabha (2014), o ensaio argumenta que a temporalidade mista e fragmentada presente em sociedades pós-coloniais representa um desafio à temporalidade moderna, parte fundamental do Estado, e a partir da qual os sujeitos pós-coloniais em certa medida ainda se constituem. Em outras palavras, pressionadas a alcançar o progresso, sociedades africanas vivem uma espécie de frustração e ansiedade, uma vez que

[o] tempo da existência africana não é nem linear nem uma simples sequência na qual cada momento apaga, anula e substitui aqueles que o precederam, até o ponto em que uma única era existe dentro da sociedade. Este tempo não é uma série, mas um emaranhado de presentes, passados e futuros que retêm suas profundezas em outros presentes, passados e futuros, cada era carregando, alterando, mantendo as anteriores. (MBEMBE, 2001, p. 16, tradução nossa).²

O tempo como espaço de disputa

Longe de ser um dado natural e imutável, este trabalho entende o tempo como uma articulação política, resultado de construções sociais sobre passado, presente e futuro que têm implicações na organização de uma sociedade e, deste modo, é

2. [this] time of African existence is neither a linear time nor a simple sequence in which each moment effaces, annuls, and replaces those that preceded it, to the point where a single age exists within society. This time is not a series but an interlocking of presents, pasts, and futures that retain their depths of other presents, pasts, and futures, each age bearing, altering, and maintaining the previous ones.

também um mecanismo de exclusão daqueles que insistem em ver o tempo de outra forma que não a hegemônica, como o camponês interpelado por Carlos Fuentes. O tempo é, portanto, também um espaço de luta política. Entendê-lo como linear, logo, tem impactos políticos e sociais.

Para Agathangelou e Killian (2016), a noção de *telos* é uma grande ilusão. Os autores chamam atenção para tentativa de teóricos pós-coloniais de desconstruir ficções baseadas em narrativas lineares do mundo. Segundo eles, a temporalidade é um registro onde diferentes relações se dão e, neste sentido, deveria ser estudada em sua pluralidade, de modo a não ser “esgotada por nenhuma definição única” (*apud* CHAKRABARTY, p. 10). Agathangelou e Killian afirmam que concepções de tempo influenciam diretamente na construção de imaginários sociais:

(...) podemos reorientar nossas imaginações para ver como, em momentos concretos, a produção de conhecimento (ciência) e política interagem na coprodução de aspectos normativos, epistêmicos, ontológicos, práticos e tecnológicos da vida em sociedades modernas. Podemos perguntar sobre o papel da temporalidade em estruturas e projetos a partir dos quais as pessoas imaginam e direcionam suas vidas (p. 4-5, tradução nossa).³.

Neste sentido, traçar uma linha imaginária entre passado e presente é uma forma de, por exemplo, marcar que uma sociedade alterou a forma como vive em comunidade (FASOLT, 2013). A construção de uma barreira temporal pode ser compreendida, portanto, como uma forma de escapar do passado, de transformar o passado em algo imaginário e acabado; “imagina-se que o passado

tem uma existência própria e independente do que é conhecido, dito ou feito no presente (...) sua única característica é a de ter ido embora” (FASOLT, 2013, p. 182, tradução nossa)⁴. Na lógica de isolar o passado, afirma-se a autonomia do presente. Tal pensamento, argumenta-se, é um dos pilares da soberania moderna e constitui uma das chaves explicativas do sujeito moderno: aquele que – liberto do passado – tem a possibilidade de, no presente, construir o futuro que deseja ou, em outras palavras, de caminhar no sentido do progresso. Fasolt afirma, no entanto, que a sociedade criou um problema ao estabelecer esta linha, separando o passado do presente e do futuro. Para o autor, a autonomia também é uma sensação ilusória, uma vez que o passado jamais se encerra em si, como a modernidade insiste em afirmar.

Shapiro (2016) oferece outra noção de temporalidade, expressa na construção verbal do “futuro anterior”, o “vai ter sido”. É uma maneira de entender como eventos passados ressurgem não apenas no presente, mas também em futuros de maneiras diferentes. Um mesmo evento, afirma o autor, pode ser reinterpretado à luz de outros eventos, ganhando nova conotação política. Uma ideia que, mais uma vez, vai contra a lógica moderna de entender o passado como tempo encerrado em si. Da mesma maneira, Fasolt (2013) questiona a suposta naturalidade da lógica temporal moderna e argumenta que o passado não é uma coisa para ser entendido como unidade fechada e acabada; “ele não para de existir, é algo que temos, como temos um corpo, um sentimento e uma mente, temos agora” (2013, p.183, tradução nossa)⁵.

A obra de Naipaul revela um pouco desta tensão em torno da construção de espaços temporais:

3. (...) we can reorient our imaginations to see how in concrete moments, the production of knowledge (science) and politics interact in co-producing the normative, epistemic, ontological, practical and technological aspects of life in modern societies. We can ask about the role of temporality in mutable projects and frames through which people come to imagine and direct their daily lives.

4. I imagine that the past leads an existence of its own, quite independently of what I know, or say, or do (...) it seems to have the unique characteristic that it is gone.

5. It cannot cease to exist. It is something we have, just as we have a body, feelings and a mind: right now”.

de um lado, a vontade de apagar o passado colonial; de outro, a luta para se obter o tal progresso e se modernizar sem se perder da cultura local tradicional que naquele momento está sendo recuperada pelo novo presidente do país, mas imbuída de uma série de significados que já se deixam guiar por noções de progresso e desenvolvimento. Noções estas que chegaram com a colonização. Assim como a temporalidade mista e fragmentada de Shapiro e a ideia de passado aberto de Fasolt, parece possível argumentar que o tempo na sociedade pós-colonial descrita por Naipaul se configura como uma resistência à noção moderna do tempo linear, em que a causalidade direta entre passado, presente e futuro e a existência de um *telos* histórico são afirmadas como verdades universais e passam a ser entendidas como naturais, a partir de uma série de construções sociais e relações de poder.

O passado a que não se escapa

Os primeiros anos após a independência do país africano narrado por Naipaul – uma alegoria do antigo Zaire – foram tensos, momentos de paz se intercalavam com guerras civis; havia muita raiua e nenhuma liderança ainda havia conseguido se estabelecer no país. Quando chega à cidade na curva do rio, Salim encontra ruas quase desertas, moradores haviam voltado para aldeias no interior do país, europeus tinham sido expulsos, e só alguns comerciantes estrangeiros continuavam por lá. Mas aos poucos a cidade pareceu ganhar um novo ritmo, a população voltou e a paz parecia restabelecida. Este é apenas o primeiro dos momentos de calma narrados no livro. Ao longo dos capítulos, a cidade mistura momentos de tensão, distúrbios, esperança e promessa de crescimento.

Após um período de conflito, Salim narra como a cidade se mostrou otimista diante da ex-

pulsão de guerrilheiros rebeldes da região. Estabelecimentos reabriram e os vapores que chegavam à cidade voltaram a vir cheios. “As ruínas, que pareciam permanentes, foram derrubadas, tratores passaram por cima delas. Novas avenidas foram construídas. Tudo era feito do Grande Homem” (p. 114), narra Salim. Mais à frente, o comerciante fala sobre o perfil do líder:

Como governante de um território potencialmente hostil, criava um espaço onde ele e sua bandeira eram supremos. Como africano, construía uma nova cidade no lugar de um antigo subúrbio rico europeu – e sua construção tinha a pretensão de ser mais imponente (NAIPAUL, 2004, p. 114-115).

De certo modo, parece plausível interpretar as obras e ações do Grande Homem como uma vontade de o Estado de traçar uma linha temporal e colocar no passado a exploração colonial, impondo o presente como marca da “legítima” identidade da nação que um dia fora colônia, mas não o é mais, e sua suposta superioridade.

Neste mesmo clima de prosperidade, um dos habitantes abriu uma lanchonete, que vendia hambúrguer e refrigerante. Tornou-se o símbolo da modernidade na pequena cidade. Salim descreve a ansiedade dos moradores em torno daquele *boom* (para usar as palavras do personagem):

(...) Tudo aconteceu muito rápido, em menos de um ano. Tudo acontecia rápido agora. Era como se as pessoas sentissem que precisavam compensar os anos perdidos, como se todos sentissem que o tempo era breve, que o lugar podia fechar a qualquer momento (NAIPAUL, 2004, p. 113).

Percebe-se, portanto, uma excitação diante da possibilidade de ter, enfim, escapado de seu passado, tanto do colonial, quanto das guerras que sucederam a independência; ao mesmo tempo em que a ansiedade denota a falta de confiança na chegada do “promissor” futuro. Em um mesmo momento, o presente emerge como iminente possibilidade de

deixar o passado *ir embora* e também como lembrete da instabilidade do futuro.

No romance de Naipaul, o futuro desejado pode ser entendido de duas formas. Primeiro, como tentativa de estabelecer uma coesão nacional que apague o passado colonial; um desejo expresso na figura do Grande Homem, como o novo presidente é chamado no livro. Segundo, no alcance do progresso, na vontade de escapar do estereótipo de inferioridade traçado pela dominação colonial sobre aquela sociedade, um desejo que pode ser encontrado em diversos personagens do livro. A combinação desses dois anseios, pretende-se argumentar, produz ambiguidades como a ideia de um futuro que reproduz em certa medida o funcionamento da cidade do passado, da cidade colonial, ela mesma um projeto moderno. Afinal, o progresso que foi parte integrante do discurso que autorizou a colonização e a expansão europeia torna-se objeto almejado, enquanto uma parte do desejo passa a ser o de apagar a presença colonial e marcar uma superioridade, como pode ser vista a tentativa do presidente de criar uma cidade mais imponente que o antigo bairro rico europeu. Ou seja, a partir de uma noção ocidental de progresso, pretende-se ao mesmo tempo se emancipar e ter o reconhecimento das antigas metrópoles, reproduzindo aquilo que o Ocidente estabeleceu como organização social válida, o Estado-nação moderno. É como se a emancipação só fosse possível a partir do reconhecimento do ex-colonizador da capacidade da antiga colônia de ser uma comunidade política livre.

Bhabha (2014) trata esta emancipação do domínio colonial que também incluiria o reconhecimento europeu a partir da noção de ambiguidade colonial e pós-colonial. O colonialismo, afirma o autor, é fundado em uma contradição: para justificar suas ações, as metrópoles se afirmavam como superiores e tomavam para si a missão civilizatória dos ditos “selvagens”; mas o reconhecimento de tal

superioridade só é possível ao assumir que os colonizados são capazes de compreender a “grandeza” dos senhores coloniais. As relações entre metrópole e colônia, entretanto, são construídas a partir de lógicas racistas que têm como fundamento a noção de que os colonizados são irracionais e, portanto, incapazes de compreender os colonizadores. Neste sentido, a superioridade do colonizador é constantemente questionada por uma ambivalência que busca reconhecimento por parte dos colonizados, ainda que este nunca seja pleno, dada a desconfiança do colonizador em relação aos nativos. Processo similar, argumenta Bhabha, acontece com o colonizado que tem sua identidade dividida a partir de sua relação com o colonizador. O nativo quer ocupar o lugar de seu algoz, inverter os papéis, mas deseja ocupar o lugar do colonizador sem esquecer-se de toda violência vivida pela colonização e pela escravidão. A identidade do colonizado não é nem o “eu” colonial nem sua completa negação, mas um terceiro lugar (KRISHNA, 2009). Neste sentido, Bhabha constrói o sujeito pós-colonial como fragmentado e como alguém que produz sua identidade precisamente neste espaço de fratura:

O problema não é de cunho ontológico, em que as diferenças são efeitos de alguma identidade totalizante, transcendente, a ser encontrada no passado ou no futuro. As hifenções híbridas enfatizam os elementos incomensuráveis – os pedaços teimosos – como base das identificações culturais. O que está em questão é a natureza performática das identidades diferenciais: a regulação e negociação daqueles espaços que estão continuamente, *contingencialmente*, se abrindo, retrazendo as fronteiras, expondo os limites de qualquer alegação de signo singular ou autônomo de diferença – seja ele classe, gênero ou raça. Tais atribuições de diferenças sociais – onde a diferença não é nem o Um nem o Outro, mas *algo além, intervalar* – encontram sua agência em uma forma de um ‘futuro’ em que o passado não é originário, em que o presente não é simplesmente transitório. Trata-se

(...) de um futuro intersticial, que emerge *no entre-meio* entre as exigências do passado e as necessidades do presente (2014, p. 345-346, grifos originais).

Esta ambivalência é percebida em diversos momentos do livro de Naipaul. O governo cria, por exemplo, um complexo acadêmico chamado Domínio para ajudar a pensar o “novo” país. Lá viviam africanos que até então estavam em exílio, jovens locais que seriam treinados para levar a cabo a tal “nova” sociedade e professores e intelectuais ocidentais. O Domínio, no entanto, emula os padrões das universidades europeias, apesar de ser a aposta do governo para refletir sobre o novo país e, de certo modo, romper com o passado colonial. Em outras palavras, a instituição que deve produzir intelectuais e cientistas africanos e mostrar sua excelência, ainda é um espaço onde se reproduz os ideais modernos europeus.

Em sua crítica a elites nacionalistas de ex-colônias, Fanon (2008) reflete justamente sobre como, apesar de tentativas iniciais de tais grupos terem buscado recuperar a história, a cultura e uma política negras, acabaram sendo capturados por uma lógica colonial. Para Fanon, tais projetos produzem uma alienação na qual o intelectual “nativo” ainda “não é branco”, mas também “não é mais negro”. De certa maneira, a própria estrutura do Domínio pode ser vista como um projeto que, em uma tentativa de emular a história e a população locais, acabaram reforçando uma relação de dominação colonial. Salim, por exemplo, é um personagem crítico ao Domínio:

(...) deixar o Domínio e dirigir de volta para o centro, ver os casebres, centenas de metros cobertos de casebres, ver montanhas de lixo, sentir a presença do rio e da floresta ao meu redor (mais do que cenário agora), ver grupos esfarrapados fora dos bares e os mendigos cozinhando nas calçadas – fazer este caminho era retornar à África que eu conhecia. Era descer da exaltação do Domínio e

lidar de novo com a realidade (NAIPAUL, 2004, p.140).

Nesta passagem, Salim expressa a existência de três tempos sincrônicos. (a) O Domínio como símbolo do futuro, ou melhor, da construção de um futuro e ligado a uma lógica de progresso e emancipação, plausível de ser associada à lógica da modernidade. (b) A passagem precária narrada no caminho do centro da cidade parece dar um sentido de realidade ao personagem que poderia ser entendido também como a experiência presente. A frustração diante do Domínio, de certa forma, existe na medida em que os temas debatidos lá parecem extremamente distantes do cotidiano de Salim. (c) Ao mesmo tempo, ele menciona o rio e a floresta e diz que os sente presentes e não como meras paisagens. Parece que, neste trecho, a alusão à natureza é também uma referência à tradição africana; no sentido de ser a representação daquele local antes da chegada do colonizador. Percebe-se, portanto, a coexistência de diferentes tempos em uma mesma sociedade, e o esforço de um discurso oficial em se atrelar a um deles, expresso pelo Domínio.

O Estado-nação e seu tempo

A partir do encontro com o camponês mexicano, Carlos Fuentes (*apud* SHAPIRO, 2016) sugere que o controle do Estado sobre uma identidade, a identidade coesa nacional, é, em parte, baseada na ideia de um modelo único de temporalidade. Neste sentido, a presença do tempo histórico ocidental teria como contrapartida a exclusão de outros tempos. Para o escritor, uma crítica à hegemonia ocidental deve incluir o desafio às noções de futuro impostas pelo Ocidente ou, é possível sugerir, à própria noção de progresso. Por outro lado, o livro de Naipaul parece nos mostrar que aquela sociedade pós-colonial ainda se vê na perseguição ao prometido progresso moderno e em busca de algum

reconhecimento da antiga metrópole; é como se a “grandeza” daquela sociedade só fosse legítima se reconhecida por seus antigos exploradores. Isto é, a metrópole ainda atua, em certa medida, como alteridade do pós-colonial.

Na tentativa de se colocar acima dos antigos exploradores, o presidente retomava a cada discurso a necessidade de voltar às origens, a necessidade de os africanos serem africanos, e criticava os homens da cidade que queriam ser iguais aos brancos. Por outro lado, parecia imitar os trejeitos de Charles De Gaulle e fazia questão de chamar todos os conterrâneos de *citoyens e citoyennes*. O romance, neste sentido, coloca o leitor mais uma vez diante da ambiguidade pós-colonial e também das tentativas de se *narrar* a nação por meio de um discurso oficial (BHABHA, 2014).

Para um Estado ser reconhecido como soberano ele deve representar uma comunidade, um povo⁶. Argumenta-se que o ato de narrar a nação é, com frequência, a disputa pelo controle de como este “povo” é narrado e constituído. Tais práticas podem se dar por meio da construção e exaltação de símbolos nacionais, discursos oficiais, leis ou mesmo pelo ideal de uma cultura nacional. O Estado, no entanto, não tem o monopólio da autoridade nem da identidade nacional; isto é, mais do que uma cultura e um tempo nacionais, coexistem uma série de identidades e temporalidades que se manifestam de formas diferentes na vida comum de uma sociedade.

6. A ideia de Max Weber de Estado como aquele que detém o monopólio do uso da violência e dos recursos de seu território ainda se mantém predominante. Por outro lado, diferentes autores enfatizaram a superficialidade e o caráter de construção da identidade nacional. Cynthia Weber (1995), por exemplo, argumenta que a representação de um povo começa com a “apropriação daquilo que não existe senão como uma ficção – a comunidade doméstica – e transformando-a na fundação da autoridade soberana do estado” (p. 7). Benedict Anderson (2006), por sua vez, entende as nações como “comunidades imaginadas”, artefatos culturais que permitem que pessoas que nunca se conheceram e jamais o farão consigam se identificar como pertencentes a uma mesma coletividade. Ao recuperar a ideia de narrativas de nação, este trabalho se alinha a trabalhos que apontam para a artificialidade do Estado-nação.

Parece plausível, neste sentido, relacionar a afirmação da soberania a um processo de homogeneização. Eventos passam a ser narrados a partir de interpretações universais em uma tentativa do Estado de monopolizar a história de sua população e seu território. Diante do impasse imposto pelo “ser em comum” do Estado-nação, Shapiro (2000) recorre a Jean-Luc Nancy para refutar a ideia de cidadania como o encontro de um discurso comum a partir do qual diferentes interesses podem ser manifestados e propor a noção de “comunidade por vir”. Isto é, a ideia de que a construção de uma comunidade é um processo político contínuo e que nunca pode ser dado como totalmente acabado. A construção de uma identidade nacional seria, portanto, menos nociva se entendida como a “contínua incorporação da diferença, o reconhecimento da complicada coexistência de sujeitos que vivem em rastros temporais sobrepostos, mas diferentes” (SHAPIRO, 2000, p. 85, tradução nossa)⁷. Neste sentido, Shapiro parte do princípio que não existe conceito estável de identidade e que a coesão nacional almejada pelo Estado-nação é um espaço de disputa e de escrita: “as estruturas sociais são articulações conflituosas de performances narrativas que desafiam as tentativas autobiográficas do Estado de exercer coerência histórica” (2000, p. 82, tradução nossa)⁸.

A contraposição entre o desejo do Estado em inscrever um tempo único e nacional e os espaços de resistência dentro das comunidades políticas que insistem em narrar diferentes tempos e identidades – argumenta-se – é algo que faz parte do próprio processo de instituição do Estado-nação. A introdução do Estado em uma comunidade e a construção de

7. continuous incorporation of difference, the acknowledgement of the complicated coexistence of subjects living in overlapping but different temporal traces.

8. social structures are conflicting articulations of narrative performances that challenge the state’s autobiographical attempts to exercise historical coherence.

uma soberania envolvem o estabelecimento de fronteiras artificiais que devem ser reafirmadas discursivamente e resultam em processos violentos. “Uma curva no rio” narra precisamente a tentativa e os conflitos de um território e uma população que pretende construir uma identidade nova, distante da visão estigmatizada que a metrópole construiu deles durante a dominação colonial. Sobre a África contemporânea, Mbembe (2001) sugere que esta vive um período de infelicidade (no sentido de que vive sob o estigma da falência social imposto pelo Ocidente), mas também de possibilidade. Para o autor, a África pós-colonial se move em várias direções ao mesmo tempo: “tem sido, ainda não é, não é mais, está se tornando (...). Este espelho reflete uma figura que está no presente, mas ainda assim escapa, que está, ao mesmo tempo na frente e atrás, dentro e fora” (MBEMBE, 2001, 241). O autor reforça o caráter heterogêneo da pós-colônia, associando tal característica a uma questão de temporalidades múltiplas, um caminho similar ao proposto neste ensaio:

(...) nós [teóricos pós-coloniais] nos interessamos pela experiência de um período que está longe de ser uniforme e não pode, absolutamente, ser reduzido a uma sucessão de momentos e eventos, mas em que instantes, momentos e eventos são, como foram, em cima um do outro, dentro um do outro. Neste sentido, devemos dizer que a pós-colônia é um período de incorporação, um espaço de proliferação que não é apenas desordem, sorte, loucura, mas emerge de um tipo de rajada violenta, com suas linguagens, beleza e feiúra, seus jeitos de resumir o mundo” (MBEMBE, 2001, 242, tradução nossa)⁹.

9. (...) we have been interested in the experience of a period that is far from being uniform and absolutely cannot be reduced to a succession of moments and events, but in which instants, moments, and events are, as it were, on top of one another, inside one another. In this sense, we must say that the postcolony is a period of embedding, a space of proliferation that is not solely disorder, chance, and madness, but emerges from a sort of violent gust, with its languages, its beauty and ugliness, its ways of summing up the world.

Conclusão

Tendo como ponto de partida o livro “Uma curva no rio” (2004), de V.S. Naipaul, o ensaio caminhou no sentido de investigar as temporalidades do pós-colonial como desafio à temporalidade da modernidade. Argumentou-se que, enquanto o discurso moderno reforça a noção de tempo linear, da separação pré-definida de presente, passado e futuro, a sociedade pós-colonial convive com a coexistência de diferentes temporalidades, passado, presente e futuro coabitam o espaço pós-colonial narrado por Naipaul. Considerado como algo natural, o tempo é visto neste trabalho como um espaço de disputa política com reflexos no cotidiano de uma sociedade.

A construção do Estado soberano tem como base um processo de homogeneização, onde o Estado passa a ser (ou a tentar ser) uma espécie de voz oficial da história de uma população e de um território. As narrativas de uma identidade nacional, no entanto, não são controladas exclusivamente pelo Estado. Uma comunidade é um emaranhado de identidades, de formas de viver e entender o tempo, de histórias. O romance de Naipaul mostra o processo inicial (e a violência intrínseca a ele) de um país para construir uma história, de narrar um tempo, de estabelecer uma coesão social. Parece, portanto, que – apesar da busca por uma produção de conhecimento e de pensamento político fora dos moldes europeus – sociedades pós-coloniais ainda são regidas por uma ideia de tempo linear e pela busca do progresso. Vê-se, a partir desta perspectiva, a tentativa de desenhar uma “quebra no tempo” (FASOLT, 2013) para apagar o passado colonial, estabelecer a autonomia do presente e a soberania sobre o futuro. Este processo, no entanto, mostra-se artificial e – no limite – impossível.

O desfecho do romance revela o destino trágico de migrantes que, em busca de um futuro

melhor, deixaram seus lares atrás de expectativas, promessas. Ao fim, parece que Naipaul retorna à primeira frase do livro: “o mundo é o que é; homens não são nada, os que deixam se tornar nada, nele não têm lugar” (2004, p. 7). Os personagens que, como Salim, abandonaram sua cidade e cortaram relação com seu passado, acabaram sozinhos e com dificuldade de imaginar o presente e criar expectativas de futuros. Não podiam pertencer nem a Londres, nem àquele novo país no centro da África; ao mesmo tempo em que não podiam retornar à sua casa, porque haviam arrancado o passado de suas vidas. Ao fim, argumenta-se, o livro parece narrar justamente a ilusão por trás da tentativa de extirpar o passado da vida privada dos personagens, assim como das comunidades em que transitam.

Referências

- AGATHANGELOU, Anna M.; KILLIAN, D. Kyle. **Time, Temporality and Violence in International Relations: (De) Fatalizing the Present, Forging Radical Alternatives**. Nova York: Routledge, 2016.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. Londres e Nova York: Verso, 2006.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Where is the Now?. **Critical Inquiry**, 30(2): 458-462, 2004.
- FANON, Franz. **Black Skin, White Masks**. Londres: Pluto Press, 2008.
- FASOLT, Constatin. Breaking up time – Escaping from time: Self-Assertion and Knowledge of the Past. In LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (eds.). **Breaking up time: Negotiating the Borders between Present, Past and Future**. Bristol: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.
- KRISHNA, Sankaran. **Globalization and Postcolonialism. Hegemony and Resistance in Twenty-first Century**. Plymouth, Inglaterra: Rowman & Littlefield, 2009.
- MBEMBE, Achille. **On the Postcolony**. Los Angeles e Londres: University of California Press, 2001.
- NAIPAUL, V.S. **Uma curva no rio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SHAPIRO, Michael. **Does the nation-state work?**. In: EDKINS, Jenny. ZEHFUSS, Maya (eds.). **Global Politics: A New Introduction**. Nova York: Routledge, 2014.
- SHAPIRO, Michael. **Politics and Time**. Cambridge: Polity Press, 2016.
- SHAPIRO, Michael. **National Times and Other Times: Re-thinking Citizenship**. *Cultural Studies*, 14:1, 79-98, 2000.
- SHAPIRO, Michael. **Studies in Trans-Disciplinary Method: After the Aesthetics Turn**. Nova York: Routledge, 2013.
- WEBER, Cynthia. **Simulating Sovereignty: Intervention, the State and Symbolic Exchange**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.